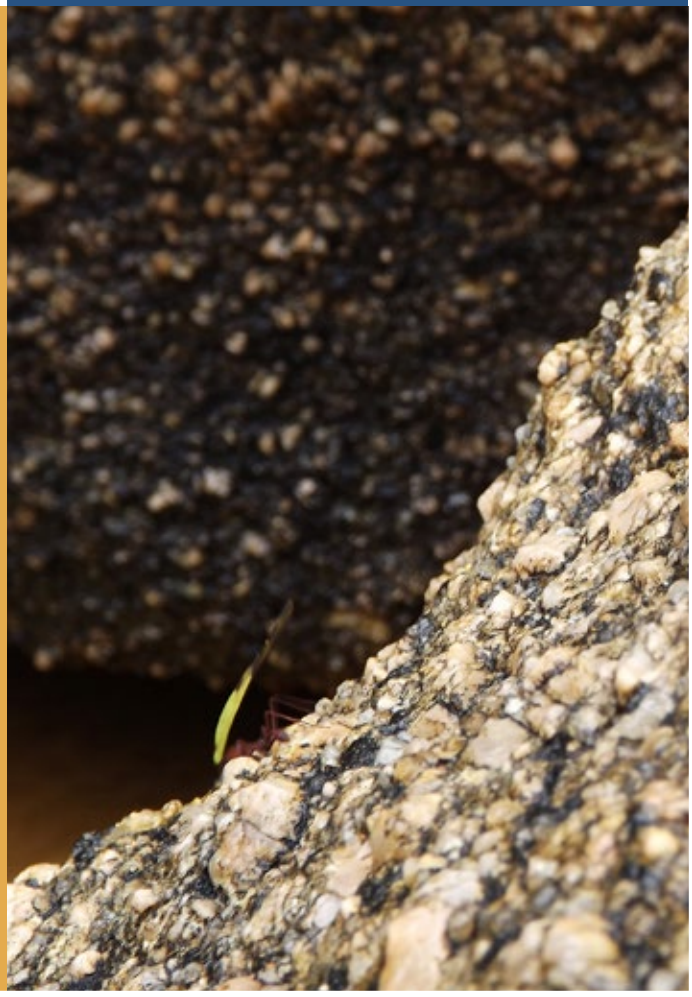
Instituto Democracia e Sustentabilidade

Relatório Anual de Atividades



2018

Instituto Democracia e Sustentabilidade
www.idsbrasil.org

Instituto Democracia e Sustentabilidade

Relatório Anual de Atividades 2018

Instituto Democracia e Sustentabilidade
www.idsbrasil.org

Sumário

Mensagem do Presidente **06**

Equipe IDS **07**

Institucional **08**

Programas e Projetos **08**

Articulação e Advocacy **18**

Comunicação **22**

Resultados financeiros **24**

Mensagem do Presidente

2018 foi um ano muito desafiador para o conjunto da sociedade. Para o IDS não foi diferente. Em meio a conjuntura política marcada pelos debates polarizados entorno das eleições, as organizações sociais e, especialmente, o movimento socioambiental foram alvo de declarações preocupantes, que colocaram o processo democrático e a autonomia de organização e livre manifestação da sociedade civil no centro da política brasileira.

Por um lado, as organizações não governamentais e sem fins lucrativos renovam sua vocação e responsabilidade de impacto e incidência para promoção do desenvolvimento sustentável, por outro, o ambiente e o contexto socioeconômico complexo as obrigam a buscar alternativas e formas inovadoras para se adaptarem às mudanças e fortalecerem mecanismos de transparência e integridade.

Foi com esse espírito que fizemos de 2018 um ano de muito trabalho. Imergimos na agenda da Água, com iniciativas que contribuíram para promover a segurança hídrica e a democratização do acesso ao saneamento básico como pautas prioritárias, a partir da construção e fomento de políticas públicas e modelos inovadores de desenvolvimento, passando pela relação do acesso público adequado ao serviço de saneamento com a tarifa de água e esgoto e seus aspectos regulatórios. Construímos relações mais fortes para atuação em rede e incidência política coletiva, nos aprofundando também no debate sobre o pacto federativo brasileiro. Estivemos presentes em fóruns, eventos e grupos de trabalho nos quais pudemos promover a convergência dos valores da democracia e da sustentabilidade e contribuir assim para aprofundar questões-chave da Plataforma Brasil Democrático e Sustentável.

O ano de 2018 também significou para o IDS o término de um ciclo e início de uma nova gestão. Assumi a Presidência em abril para dar continuidade ao trabalho que vínhamos desenvolvendo com excelência sob a liderança do nosso agora Vice-Presidente, João Paulo Capobianco, Capô. Também tivemos mudanças importantes na equipe executiva, com a adaptação do corpo técnico para uma nova estrutura operacional mais enxuta e com a saída do Fabio de Almeida Pinto da Coordenação do IDS em abril, depois de quase 4 anos dedicados à organização, e então chegada da nossa nova Coordenadora Executiva, Carolina Riberti Mattar. A responsabilidade de definir novos rumos para o IDS é ainda maior pelo legado deixado por nossa antiga gestão.

Apesar das dificuldades, enxergamos em 2019 um ano de oportunidades, de renovação de projetos e novos parceiros. Os desafios no campo da democracia e o papel que a Sociedade Civil está sendo convocada a exercer no atual cenário político aumentam a relevância do IDS na promoção de agendas socioambientais urgentes e estruturantes para o desenvolvimento sustentável do Brasil. Queremos contribuir para o protagonismo dos governos locais e o engajamento da sociedade civil no enfrentamento das desigualdades e das mudanças climáticas. As iniciativas serão coordenadas em conjunto com outras organizações para promover o desenvolvimento sustentável e fortalecer a cidadania em frentes complementares de atuação social e incidência política.

Finalmente, convido todas e todos à leitura do nosso Relatório de Atividades de 2018 e agradeço especialmente aos nossos conselheiros, associados e parceiros por seguirmos juntos semeando os valores da Democracia e da Sustentabilidade.

Forte abraço,

Ricardo Young Silva
Presidente do Conselho Diretor
IDS – Instituto Democracia e Sustentabilidade

Equipe IDS

Associados

Adriana de Carvalho Barbosa Ramos Barretto
Alexandra Reschke
Alexandre de Almeida Youssef
Alfredo Helio Sirkis
Altair Assumpção
Alvaro Antonio Cardoso de Souza
Ana Valéria Nascimento Araújo Leitão
André Rodolfo de Lima
Bazileu Alves Margarido Neto
Carlos Alberto Ricardo
Carlos Antonio Rocha Vicente
Eduardo Giannetti da Fonseca
Eduardo Rombauer van den Bosch
Eduardo Viveiros de Castro
Eustáquio Luciano Zica
Gabriela Barbosa Batista
Gilberto Câmara
Gisela Maria Moreau
Guilherme Peirão Leal
Jane Maria Villas Bôas
João Paulo Ribeiro Capobianco
Jorge Luiz Numa Abrahão
José Adalberto O. Veríssimo
José Rubens Pereira Gomes
Juliana Cassano Cibim
Márcio José Brando Santilli
Maria Alice Setubal
Maria Osmarina Marina da Silva Vaz de Lima
Maristela Bezerra Bernardo
Marussia Whately
Muriel Saragoussi
Oded Grajew
Paulo Henrique Ribeiro Sandroni
Pedro Ivo de Souza Batista
Pedro Wilson Leitão Filho
Raimundo Sergio Barros Leitão
Ricardo Cavalieri Guimarães
Ricardo Young Silva
Roberto Isao Kishinami
Samyr Cury
Suzana Machado Pádua
Tasso Azevedo

Conselho Diretor

Adriana de Carvalho B. Ramos Barretto
Alexandra Reschke
Altair Assumpção
João Paulo R. Capobianco (Vice-Presidente)
Ricardo Young Silva (Presidente)
Roberto Isao Kishinami
Suzana Machado Pádua

Conselho Fiscal

Paulo Afonso Garcia
Paulo Cesar Werneck

Equipe Executiva

Coordenadora Executiva
Carolina Riberti Mattar
(Fabio de Almeida Pinto até abril/2018)

Secretária administrativa
Elisabete Fernandes
(Márcia Rodrigues até abril/2018)

Pesquisador
Guilherme Barbosa Checco

Assistente de pesquisa
Barbara Rodrigues Riccomini
(de abril a dezembro/2018)

Institucional

Com o propósito de estimular reflexões e propor ações que têm como foco o fortalecimento da democracia e a promoção da sustentabilidade, o IDS, Instituto Democracia e Sustentabilidade, organização da sociedade civil, plural e apartidária, foi fundado como um think tank em 2009 por importantes referências do movimento socioambiental brasileiro.

Visão

Convergir e potencializar ideias e propostas que contribuam para aprofundar a democracia e colocar a sustentabilidade como valor central para a vida no século 21.

Missão

Ser um ator relevante da sociedade civil nos processos locais, regionais, nacionais e internacionais para a construção de um novo acordo social que tenha a democracia e sustentabilidade como valores centrais.

Eixos Programáticos e Projetos

Os objetivos do IDS se traduziram em 2018 em especificamente três eixos de trabalho, que permitiram concretizar em propostas e ações a convergência necessária entre o fortalecimento da democracia e a promoção da sustentabilidade:

- Gestão hídrica sustentável e participativa
- Governo e Democracia
- Promoção da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável

Para cada um dos projetos destacamos os principais Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) com os quais a iniciativa está relacionada, contribuindo assim para seu avanço.

GESTÃO HÍDRICA SUSTENTÁVEL E PARTICIPATIVA

Ao longo de 2018, o IDS dedicou grande parte de seus esforços à agenda da água, aprofundando, ao mesmo tempo, as diretrizes da Plataforma IDS (lançada em 2014) e os resultados dos trabalhos realizados pelo Instituto nessa temática nos últimos anos. A premissa basilar de nossa atuação nesse eixo programático é compreender a água como questão central e concreta para necessária convergência entre os valores da democracia e da sustentabilidade, uma vez que se trata de um direito, um bem

público, e de um recurso natural vital e limitado, que exige, portanto, uma gestão sustentável e participativa.

A gestão sustentável desse recurso, por meio do uso racional e de políticas públicas adequadas, deve estimular o engajamento e a consciência coletiva, qualificando a participação social ativa e construindo as bases de uma "cidadania hídrica". Ao mesmo tempo em que o fortalecimento da cidadania é essencial para uma nova cultura de cuidado com a água. Foi partindo dessa visão que o Instituto decidiu assumir o papel de contribuir ativamente com essa importante agenda.

A atuação nessa agenda é urgente e estratégica no cenário atual de extrema complexidade, com o crescimento populacional, a concentração nas cidades e as mudanças climáticas dificultando cada vez mais a gestão da água. Contudo, o conceito de segurança hídrica ainda é quase exclusivamente vinculado aos esforços para aumentar a oferta de água, normalmente por meio de grandes obras públicas. Por isso, o IDS trabalhou em 2018 para promover debates e ações que incorporassem à estratégia de segurança hídrica outros elementos, tais como a proteção dos mananciais, a promoção do reuso, a captação de água de chuva, a despoluição dos rios, a priorização e universalização do esgotamento sanitário, a redução de perdas na distribuição dos sistemas de saneamento básico e a indução ao consumo consciente.

As iniciativas realizadas em 2018 estão destacadas a seguir:

1.1."Violação dos direitos humanos no Brasil: acesso à água potável e ao esgotamento sanitário"

A drástica situação do saneamento básico no Brasil é de conhecimento público. Em todo o país são 34 milhões de brasileiros sem acesso à água potável e 100 milhões excluídos dos serviços de coleta e tratamento de esgotos, segundo dados do SNIS de 2017. Ainda assim, fica claro que a questão não está no topo de prioridades da maioria dos gestores públicos.

A análise que o IDS realizou dos dados publicados pelo próprio governo federal, especialmente o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) e o Painel do Orçamento Federal, adicionou elementos importantes para compreender essa realidade. Ao longo dos últimos anos, os principais indicadores (índices de abastecimento de água, de coleta de esgoto e de tratamento de esgoto) se mantiveram praticamente estáveis, segundo os dados oficiais, sem qualquer indicação de melhoria significativa. Ainda, cerca de 60% dos municípios brasileiros não têm sequer seus respectivos planos de saneamento básico elaborados e aprovados (dados atualizados segundo publicação do IBGE ao final de 2018).

Para compor e agravar esse quadro os dados ainda apontaram que o Estado brasileiro vem investindo cada vez menos no setor. Em 2012, o governo federal investiu R$ 2,9 bilhões em saneamento básico, já em 2018 esse montante foi reduzido para R$ 1,5 bilhão, uma redução da ordem de 50% em seis anos. Além de reduzir o volume de investimentos, o Estado brasileiro, em seus diferentes níveis de governo, retira recursos do sistema de saneamento básico a partir da cobrança de impostos das empresas prestadoras desses serviços.

O Brasil ainda está distante da universalização do acesso aos serviços de saneamento e as projeções indicam que, caso o ritmo de investimentos siga como está, esse objetivo será alcançado somente em 2054[1]. Vale lembrar que o Plano Nacional de Saneamento Básico traçou o horizonte de 2033 como meta para universalização, enquanto no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU) os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável incluíram um objetivo específico referente à água e ao saneamento, tendo como horizonte o ano de 2030.

Diante desse cenário e com base no arcabouço legal nacional e internacional, o IDS, juntamente com a Artigo 19, o Instituto Ethos e a Conectas, apresentaram uma denúncia formal junto ao Escritório do Alto Comissariado dos Direitos

1 CNi (2015/2016)

Humanos da ONU, alegando que o Estado brasileiro, em suas diferentes instâncias e poderes (incluídas as agências reguladoras), vem violando esses dois direitos humanos, especialmente por não empenhar todos os recursos (financeiros e não financeiros) disponíveis para garantir a melhoria progressiva das condições do saneamento básico no país. A denúncia também foi entregue pessoalmente ao relator especial da ONU sobre o direito humano à água e ao saneamento, Prof. Leo Heller, em coletiva de imprensa organizada durante o 8º Fórum Mundial da Água, que aconteceu em março em Brasília.

1. Coletiva de imprensa realizada durante o Fórum Mundial da Água em Brasília (março/2018). Da esquerda para direita, João Paulo Capobianco, IDS, Leo Heller, Relator Especial da ONU sobre o direito à água e ao saneamento, Henrique Goes, representante da Artigo 19, e Guilherme Checco, IDS.

É importante lembrar que desde 2010, o Conselho de Direitos Humanos e a Assembleia Geral da ONU reconhecem o acesso à água potável como um direito humano. Em 2015 a própria ONU aprofundou essa determinação reconhecendo também como um direito humano, além da questão hídrica, o acesso aos serviços de coleta e tratamento de esgoto. O Brasil, membro da ONU e com determinações constitucionais e legais que versam sobre direitos sociais e a universalização do acesso ao saneamento básico, entretanto, está longe de respeitar e garantir essas condições à sua população.

Essa iniciativa motivou a atuação do IDS em outras frentes de trabalho e pesquisa, entre elas o aprofundamento da reflexão sobre o papel do Estado no setor de saneamento básico, os investimentos realizados pelos diferentes níveis de governo, a relevância que essa agenda tem na pauta política, bem como as matérias legislativas em tramitação, entre elas, a isenção de determinados impostos para empresas de saneamento, de modo que aumentem os investimentos em universalização, e a reestruturação de todo o sistema, inclusive das diretrizes nacionais regulatórias.

Link para acessar o relatório: https://goo.gl/ycrVJf

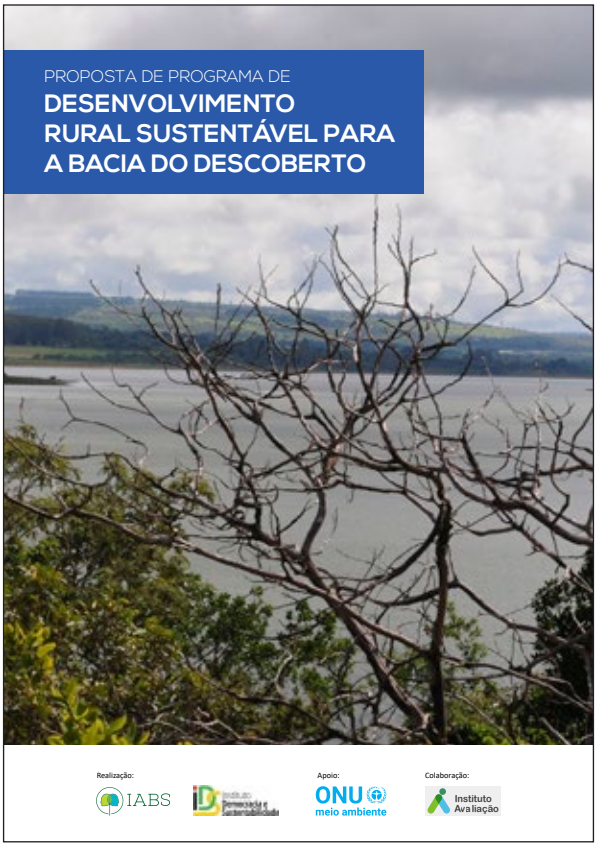
1.2. Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável para a bacia do Descoberto

Em 2018, a capital do país enfrentava mais um ano de crise de abastecimento de água, com grandes dificuldades de garantir sua oferta, enquanto seu principal manancial, a bacia do Descoberto, também encarava desafios importantes a serem superados. A partir do conhecimento acumulado nessa agenda e da capacidade de mobilização de atores locais, especialmente por meio da competência e possibilidade de articulação do associado-fundador do IDS, André Lima, o Instituto pôde atuar na região, traduzindo suas propostas de políticas públicas na gestão sustentável da água em um território de extrema relevância local.

O reconhecimento desse potencial de impacto por parte da ONU Meio Ambiente, que se tornou parceira e apoiadora dessa iniciativa, foi fundamental, para que, juntamente com o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade (IABS) e a colaboração do Instituto Avaliação, a iniciativa fosse desenvolvida localmente. O envolvimento das lideranças locais, especialmente dos agricultores da região, e a interlocução com o poder público por meio do associado André Lima, antigo Secretário de Meio Ambiente do Distrito Federal, garantiu o protagonismo dos agentes da Bacia na compreensão e construção de soluções para o território.

A bacia do Descoberto é uma área predominantemente rural e é responsável pelo abastecimento de 65% da população do Distrito Federal, além de ter uma relevância importante na produção de alimentos hortifrutigranjeiros. Entretanto, a área sofre alguns desafios, entre eles, o avanço da ocupação urbana, o parcelamento irregular e a grilagem de terras públicas, em que pese sua relevância ambiental, traduzida na existência de cinco Unidades de Conservação. Além do mais, os impactos das mudanças climáticas e a recente crise hídrica vivenciada no DF exacerbaram a disputa pelo uso da água do manancial.

A iniciativa, ao propor uma estratégia de desenvolvimento de longo prazo para região, visou contribuir com a segurança hídrica e alimentar do Distrito Federal por meio da construção de uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável para a bacia do Descoberto, considerando investimentos em infraestrutura verde e manejo adequado do solo, incentivando a produção agrícola e atividades de turismo em bases sustentáveis. A pedra basilar do Programa está em estabelecer uma parceria com os agricultores locais, de modo que estes desempenhem a função de guardiões da bacia, assim como acontece em outras localidades de referência como são os casos de Nova York (EUA), Munique (Alemanha) e Extrema (MG).



2. Capa do relatório final

A elaboração do Programa se deu a partir de pesquisas, oficina e consultas com produtores rurais e lideranças locais da bacia do Descoberto, bem como caravanas de diálogos com agricultores e reuniões com técnicos e gestores públicos.

A proposta de Programa foi construída com base em cinco eixos estruturantes: agricultura, meio ambiente, infraestrutura, saúde e segurança, comunicação e turismo. O eixo de agricultura consiste em ações voltadas à rentabilização sustentável e regularização fundiária, hídrica e ambiental, prevendo a instalação de 19 Unidades Demonstrativas que consideram desde a fruticultura, a horticultura orgânica e a integração lavoura-pecuária-floresta, até a recuperação de áreas de preservação permanente e reserva legal.

A mensagem final da iniciativa é clara: a transição é viável, tanto pela perspectiva da governança do Programa quanto pela possibilidade de sustentar financeiramente esse processo. O custo da iniciativa foi estimado em R$ 539 milhões ao longo de 10 anos. Também foram identificadas potenciais fontes de financiamento, desde o orçamento público do Distrito Federal, a tarifa de água e esgoto cobrada pela Caesb, até fontes internacionais, como o Fonplata (Fondo financeiro para el desarollo de la Cuenca del Plata).

Os resultados do trabalho serão publicados e divulgados no primeiro semestre de 2019, dando continuidade à articulação com autoridades políticas e lideranças locais.

Este projeto se relaciona diretamente com outras iniciativas promovidas pelo IDS, inclusive aquelas que tem como objeto de estudo o papel da tarifa de saneamento na promoção da segurança hídrica e nos investimentos em áreas de mananciais, desenvolvidas ao longo dos últimos anos, especialmente para o contexto paulistano.

3. Unidades Demonstrativas do Eixo de Agricultura do PDRS do Descoberto

6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO
9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA
12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

1.3. Política de Regulação tarifária

Há alguns anos, o IDS vem se debruçando sobre a política tarifária, por compreender que a tarifa de água e esgoto é um instrumento central para gestão hídrica sustentável e participativa, capaz de endereçar questões socioambientais de extrema relevância. As experiências acumuladas até então, como a Roda de Conversa organizada ao final de 2016 para tratar da tarifa de saneamento, a publicação "Tarifa de água e esgoto: o que está por trás do valor que pagamos" (divulgada em 2017), os trabalhos técnicos e as participações em debates, contribuíram para fomentar a competência e capacidade técnica para atuação do IDS nesse campo.

Nesse caminho, o IDS sentiu-se convocado a atuar no contexto da realidade paulista, que então passava pelo processo de revisão tarifária da Sabesp, coordenado pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (Arsesp) ao longo dos anos de 2017 e 2018.

Em maio de 2018, a Arsesp finalizou a revisão tarifária da Sabesp, empresa responsável pelos serviços de distribuição de água e esgotamento sanitário em 368 municípios do estado de São Paulo. O escopo da revisão considerou a metodologia de definição da tarifa, cobrada pela Sabesp, de todos os usuários de seus serviços, considerando questões como os custos operacionais da empresa (OPEX), os investimentos a serem realizados (CAPEX) e o custo médio de capital da empresa (WACC).

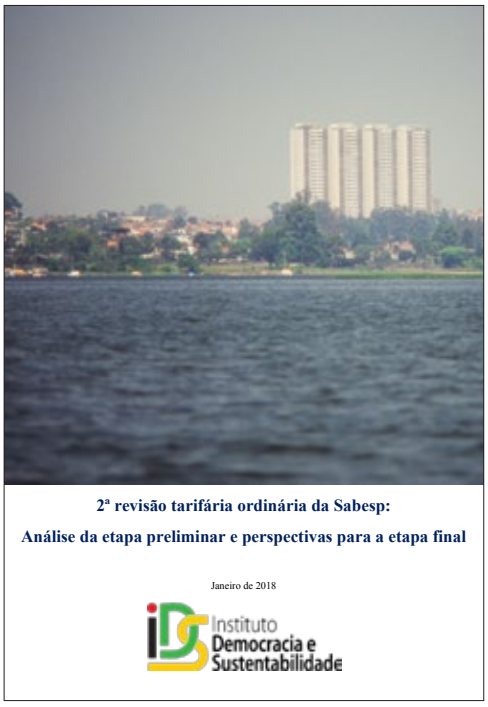
O IDS participou ativamente de todo o processo de revisão tarifária, inclusive nas audiências e consultas públicas. A estratégia do IDS nessa agenda, e no caso específico da política de regulação tarifária da Sabesp, é potencializar o papel da tarifa enquanto um instrumento capaz de endereçar questões tão fundamentais como garantir o acesso de famílias de baixa renda ao sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário, incentivar o uso racional, viabilizar investimentos em áreas de mananciais, incentivar a gestão sustentável da oferta e a introduzir tecnologias que promovam o uso eficiente dos recursos hídricos.

Ao longo dos anos de 2019 e 2020, a Arsesp realizará a revisão da estrutura tarifária da Sabesp, tratando de questões como a tarifa social para as famílias de baixa renda e a maneira como o serviço de esgotamento sanitário é cobrado. De modo a ter mais insumos disponíveis para conduzir a reestruturação tarifária da Sabesp, a Arsesp realizou, no final de 2018, o Simpósio sobre a Estrutura Tarifária da Sabesp, ideia proposta pelo IDS em reuniões com a Diretoria da Agência. Foram realizados quatro encontros técnicos, dos quais o IDS participou, com a presença de atores nacionais e internacionais relevantes, que trataram das questões de tarifa social, subsídios, tarifas não residenciais, tarifas de coleta e tratamento de esgoto e tarifa fixa de acesso.

Ainda em relação às diretrizes regulatórias dos serviços de saneamento básico no estado de São Paulo, a Arsesp divulgou sua Agenda Regulatória de 2019-2020, apresentando seu escopo de trabalho para o próximo biênio. É importante destacar que a agência incluiu em seu planejamento a criação de uma metodologia para promoção e incentivo de um programa de conservação de mananciais, fruto também do trabalho e interlocução do IDS e demais parceiros.

Portanto, o IDS dedicou parte importante do seu escopo de trabalho à agenda regulatória e tarifária, ganhando espaço junto aos atores do setor para incidir e promover os valores da democracia e da sustentabilidade na gestão dos recursos hídricos, com desdobramentos em outras iniciativas, dentro e fora do Estado de São Paulo.

Link para acessar o relatório: https://goo.gl/3if5rt



4. Capa do relatório com a análise técnica

1.4. Projeto "Recomendações para o aprimoramento da tarifa da Sabesp"

Por conta das suas múltiplas frentes de trabalho na questão tarifária do setor de saneamento básico, incluindo ações de comunicação e imprensa, o IDS ganhou a atenção da Sabesp, que decidiu aceitar a proposta para que o Instituto contribuísse ativa e diretamente com o processo de revisão de sua estrutura tarifária. A iniciativa tem como objetivo incorporar elementos socioambientais ao debate e propor "Recomendações para o aprimoramento da tarifa da Sabesp", pautadas pelo interesse público, e garantindo a publicidade de todo conhecimento gerado. As recomendações objetivam contribuir, por meio do aprimoramento da estrutura tarifária, para a urgente universalização desse direito humano fundamental. O escopo da iniciativa é transversal à relação da sociedade com o consumo de água e o esgotamento sanitário, passando por diversas questões centrais para o sistema de abastecimento e serviço, desde a tarifa social direcionada às famílias em condição de pobreza, até subsídios, investimentos em mananciais e políticas de transparência, considerando as práticas mais inovadoras no Brasil e no mundo.

Os trabalhos realizados pelo IDS no âmbito desse projeto, ao longo de 2018, dedicaram esforços para (i) revisitar estudos técnicos previamente contratados pela Sabesp e sistematizar suas recomendações e (ii) fazer um amplo mapeamento de referências nacionais e internacionais inspiradoras. O trabalho será finalizado em 2019, contando ainda com a contratação de uma pesquisa de opinião junto à sociedade, consultas e entrevistas com especialistas, a publicidade de todo conhecimento produzido no âmbito do estudo e um debate público para engajar a sociedade e atores estratégicos nessa agenda a partir das recomendações propostas.

A iniciativa visa apresentar insumos relevantes para o processo de revisão da estrutura tarifária da Sabesp conduzido pela Arsesp, mas também tem o potencial de ganhar escala, principalmente pela diversidade e complexidade que o território paulista representa, servindo de referência para inovações no serviço de saneamento básico em outras regiões e municípios, que contribuam para gestão pública sustentável dos nossos recursos naturais.

GOVERNO E DEMOCRACIA

Acreditamos que a democracia é um valor fundamental para o desenvolvimento sustentável e, portanto, o fortalecimento da cidadania e das instituições públicas é basilar para o enfrentamento das desigualdades e das mudanças climáticas.

Como um think tank da sociedade civil, cujo propósito é colocar a democracia e a sustentabilidade como valores centrais para vida no século 21, entendemos que pensar e propor, acompanhar e monitorar políticas públicas e desenvolver iniciativas que contribuam para o protagonismo dos governos locais e nacionais na agenda do desenvolvimento sustentável são formas estruturantes de impactar a sociedade e o clima.

O debate entorno das Eleições de 2018 e a conjuntura política de uma sociedade polarizada acentuaram a importância e relevância de incidência da sociedade civil organizada na garantia da democracia, na promoção da transparência e da integridade e na garantia dos direitos humanos e dos avanços na agenda climática. Nesse sentido, um conjunto importante de trabalhos foi realizado para pautar a agenda do desenvolvimento sustentável por meio da ação política de atores governamentais estratégicos.

2.1.Seminário sobre o Pacto Federativo Brasileiro

Desde a construção da Plataforma Brasil Democrático e Sustentável, lançada pelo IDS em 2014, o Pacto Federativo é considerado pelo Instituto um dos grandes desafios do país. O tema voltou à tona na Assembleia de Associados de 2017, quando se decidiu então empreender esforços mais constantes e substanciais para essa complexa agenda.

Foi com esse objetivo que o IDS organizou a primeira ação para aprofundar o tema e identificar os principais desafios em questão, em parceria com o Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA/USP), fórum da academia que trabalha questões complexas da realidade a partir de uma abordagem interdisciplinar, reunindo conhecimento técnico da academia de alta qualidade e competência. Assim, foi promovido em maio de 2018 um seminário público com a participação de especialistas de diversos campos do conhecimento, para debater os entraves e eventuais caminhos para o aprimoramento do pacto federativo brasileiro celebrado na Constituição Federal de 1988.

O debate de alto nível contou com a participação do economista e filósofo Eduardo Giannetti, da mestra em direito Carolina Paoli, do cientista ambiental João Paulo Capobianco, da cientista política Marta Arretche, do economista Bernard Appy, do doutor e livre docente em saúde pública Arlindo Philippi Jr. e do urbanista Carlos Leite. A mediação dos debates foi feita por Ricardo Young e Marcos Buckeridge, coordenador do Programa USP Cidades Globais.

O encontro permitiu identificar uma série de disfuncionalidades no arranjo federativo e arcabouço legal brasileiro que deveriam ser objeto de pesquisa, análise e elaboração de propostas consistentes, em articulação com outros atores relevantes, para a partir da revisão do pacto federativo fortalecer a gestão municipal e o papel das cidades para o enfrentamento das desigualdades e das mudanças climáticas.

Uma série de questões apontadas no debate evidenciam a importância dos governos locais na implementação de políticas de bem-estar, que estão no cerne da agenda do futuro do Brasil, pois impactam todas as áreas da vida em sociedade. São elas, entre outras: as atribuições e competências dos entes federados; a descentralização e a autonomia dos municípios; a eficiência do gasto público; o gerenciamento das políticas urbanas de forma integrada; a tributação e transferência de recursos do governo central; as competências e atribuições das regiões metropolitanas; a prioridade de investimentos do Estado; a transparência e o controle social; a institucionalização e capacitação dos municípios; e a cultura de planejamento a longo prazo.

Desde então, o IDS e o IEA vêm trabalhando na concepção de um projeto estruturante que contempla esses desafios e objetiva formular soluções e caminhos possíveis, usando estratégias de advocacy e mobilização social para congregar diferentes atores e construir convergência para o aprimoramento do Pacto Federativo. Serão propostas medidas de curto, médio e longo prazo para fortalecer a gestão territorial e o aumentar o protagonismo dos governos locais no enfrentamento das mudanças climáticas e das desigualdades, à luz dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A iniciativa está em pleno desenvolvimento e já conta com a parceria do ICLEI – Governos Locais para Sustentabilidade, do Instituto Escolhas, do Programa Cidades Sustentáveis e da Associação Brasileira de Municípios.

A gravação dos debates encontra-se disponível no link a seguir: *http://www.iea.usp.br/noticias/pacto-federativo.*

2.2.Propostas da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura aos Candidatos das Eleições de 2018

A Coalizão Brasil, Clima, Florestas e Agricultura é a principal articulação multistakeholder no país, reunindo lideranças de diferentes campos de atuação para tratar dos desafios da mudança climática e da economia de baixo carbono. O IDS integra a rede e participa ativamente de seu Grupo Estratégico, tendo contribuído notadamente para elaboração das minutas de posicionamentos do grupo, como foi o caso do licenciamento ambiental.

A partir dessa atuação destacada e diante do contexto eleitoral no Brasil, o IDS liderou o trabalho de sistematização do conteúdo do "Livro Verde", no qual estão organizados os consensos do grupo (https://goo.gl/vuhHjb), de modo a traduzi-los em propostas concretas da Coalizão para os candidatos às eleições de 2018, seja para cargos no Executivo, seja no Legislativo, tanto no nível federal como nos estados.

Foram priorizadas 28 propostas, organizadas em três eixos: ordenamento territorial, dinamização dos mecanismos de mercado, e agropecuária de baixo carbono aliada à conservação, restauração, reflorestamento e uso sustentável dos recursos naturais. A iniciativa gerou resultados com repercussão positiva em matérias de veículos de comunicação e com adesão de um elevado número de candidatos.

O documento foi entregue a um grupo de lideranças políticas, cinco governadores eleitos e cinco candidatos aos legislativos nacional e estaduais também eleitos.

5. Capa do relatório com as propostas da Coalizão

Produtores e ambientalistas propõem pauta sustentável a presidenciáveis

Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura, formada por 170 representantes do agronegócio, do meio ambiente e do clima, vai apresentar 28 propostas aos principais candidatos à Presidência

Paulo Beraldo, O Estado de S.Paulo
03 Agosto 2018 | 07h00

SIGA O ESTADÃO

6. Manchete da matéria publicada no jornal O Estado de São Paulo

Link para acessar o material: https://goo.gl/Rbxd3h

PROMOÇÃO DA AGENDA 2030 PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, que se constituiu no âmbito das Nações Unidas em 2015, sob o legado dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, logrou comprometer 193 países com a missão de não deixar ninguém para trás, por meio de um plano de ação universal para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade, orientado por 17 objetivos e 169 metas. O Estado brasileiro também se comprometeu a seguir um novo caminho, sustentável e resiliente. O IDS acredita que esse marco global, construído a partir de uma visão sistêmica e integral do desenvolvimento sustentável, com objetivos transversais e indissociáveis, seja hoje a melhor referência para pautar a agenda de governo e da sociedade civil brasileira, por evidenciar e concretizar a convergência necessária e urgente dos valores da Democracia e da Sustentabilidade, como já inspirava em 2014 a Plataforma Brasil Democrático e Sustentável.

Com essa perspectiva, o IDS passou então a integrar e exercer o papel de co-facilitação do Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para Agenda 2030 e contribuir, por meio dessa e de outras iniciativas, para o monitoramento da implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no Brasil e para o fortalecimento do trabalho em rede e da cidadania participativa.

Foi também a partir da colaboração multitemática e inter-regional que o IDS compreendeu que um dos meios de implementação dos ODS local e territorialmente deveria ser o incentivo e fomento a experiências, soluções e tecnologias inovadoras, sustentáveis e replicáveis, de forma capilarizada. Essa estratégia se desdobrou assim em conjunto de importantes projetos relatados a seguir.

3.1. Relatório Luz da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável (GTSC-A2030)

É fundamental para compreender e promover os avanços de uma agenda, monitorar e avaliar sua implementação. Em 2018, o Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 (GTSC-A2030) se propôs a mapear e realizar colaborativamente uma análise crítica e exaustiva da situação de todos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no Brasil. Desse exercício, resultou a publicação do Relatório Luz da Agenda 2030, uma importante referência para compreender os desafios complexos, que a crise política e econômica veio acentuar, por meio da compilação e sistematização de dados e informações sobre políticas públicas e ações governamentais adotadas nos últimos anos no país.

Com o título "Brasil: um gigante que ficará para trás?" o relatório aponta uma "profunda preocupação" em relação ao cumprimento das metas dos ODS e avalia que os indicadores observados no Brasil nos últimos três anos

7. Capa do Relatório Luz

indicam que há uma incoerência com as diretrizes da Agenda 2030. O Relatório Luz reconhece alguns avanços tais como a instalação da Comissão Nacional dos ODS, entretanto, relata uma série de dificuldades e retrocessos vivenciados no país, entre eles: o abismo social entre ricos e pobres, os ataques às Unidades de Conservação e à legislação ambiental, o aumento nos índices de violência e os desafios de implementar uma política econômica voltada à sustentabilidade e ao bem-estar.

O IDS juntamente com a Gestos – Soropositividade, Comunicação e Gênero teve a responsabilidade de organizar todas as contribuições recebidas e coordenar a redação final do Relatório Luz. Por conta de sua trajetória e acúmulo de conhecimento, o IDS contribuiu notoriamente para redação e análise do ODS 6 que trata da necessidade de "assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas as pessoas".

Link para acessar o relatório: *https://goo.gl/pk7stb*

3.2. Estudos de Economia Circular no Âmbito do Projeto "Maceió Mais Inclusiva" (IABS)

A Agenda 2030 foi capaz de traduzir em objetivos transversais e indissociáveis uma visão sistêmica e complexa para o Desenvolvimento Sustentável. Sua implementação, portanto, exigirá a construção de soluções integradas e inovadoras para os desafios mais complexos do século 21.

A partir dessa perspectiva e da articulação com o Programa de Economia Circular da Universidade de São Paulo (USP), o IDS, em parceria com o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade (IABS) e com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), começou a desenvolver, ainda em 2017, o estudo para utilização de resíduos e subprodutos das cadeias produtivas do sururu e da pesca, respectivamente nas comunidades do Mundaú e Jaguaré, na cidade de Maceió, como insumo para novos produtos e atividades baseados no conceito de economia circular.

Ambas comunidades têm grande parte da sua população vivendo em condições de pobreza, sem acesso à infraestrutura básica e com alto índice de desemprego. A extração do molusco sururu é uma das atividades mais tradicionais da Lagoa do Mundaú e sustenta muitas famílias da região. Essa atividade é marginalizada, sendo caracterizada por uma grande exaustão da força de trabalho e baixa remuneração. Além disso, a atividade gera uma série de impactos ambientais negativos, especialmente pelo descarte em enormes quantidades da concha de sururu. Não muito distante da lagoa do Mundaú, a pesca artesanal do Jaraguá apresenta problemas similares.

A parceria com o IABS permitiu que o IDS atuasse nesse contexto complexo, por meio do diálogo da equipe técnica com a comunidade local. O estudo teve como objetivo identificar possibilidades concretas de reutilização dos resíduos em outras cadeias produtivas da região, gerando renda e novas oportunidades para a cadeia do sururu e da pesca artesanal. Os resultados do trabalho apontam para evidência de que uma solução integrada e participativa é capaz de resolver múltiplos problemas, atingindo de forma transversal diferentes ODS. O relatório final será publicado no início de 2019.

3.3.Estudos no âmbito do Programa Rural Sustentável (IABS)

Nessa mesma linha de atuação, desde 2017, o IDS vem realizando estudos no âmbito do Programa Rural Sustentável, financiado pelo BID e executado pelo IABS. O principal objetivo do projeto é fomentar a implantação de tecnologias de baixo carbono em propriedades rurais, contribuindo para redução da pobreza, conservação da biodiversidade e proteção do clima. As atividades são focadas na melhoria da gestão da terra e das florestas por agricultores nos biomas Amazônia e Mata Atlântica.

As atividades do IDS se concentraram no alinhamento dos resultados do projeto com a Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) do Brasil e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a definição de critérios específicos para premiação de produtores para além dos requisitos mínimos do projeto e a elaboração de vídeos temáticos para divulgação das tecnologias.

Para mais informações sobre o projeto, acesse: *http://www.ruralsustentavel.org/*

3.4. Mostra de Soluções Inovadoras (em desenvolvimento)

Ainda em fase de desenvolvimento, a Mostra de Soluções Inovadoras foi idealizada em meados de 2018. O evento tem como o objetivo visibilizar e catalisar soluções e tecnologias que estejam na fronteira da sustentabilidade, permitindo ao setor privado, à academia, jornalistas e a gestores públicos conhecer inovações possíveis e alternativas ao modelo de produção e desenvolvimento vigente. Com alusão aos ODS, as soluções serão expostas e premiadas, além de sistematizadas em um catálogo robusto de inovações para o Desenvolvimento Sustentável. A iniciativa passou a ganhar fôlego com a parceria da Bemtevi, investidora de negócios sociais, e acontecerá no segundo semestre de 2019.

Articulação e Advocacy

Parte dos esforços do IDS está concentrada na construção de agendas e propostas comuns entre atores estratégicos de diferentes setores. Acreditamos que a pluralidade e a multidisciplinaridade são fundamentais para trabalhar com a complexidade e construir uma visão integrada e sistêmica.
Não somente pela competência e experiência de seu corpo técnico e grupo de associados, mas pela capacidade de transitar por diferentes campos de atuação e se relacionar com atores diversos, o IDS construiu ao longo de sua trajetória um importante legado na facilitação e mediação de interesses e pautas para construção de convergência em ações propositivas na agenda socioambiental.

A atuação ativa do IDS em fóruns e redes de cooperação e governança amplia sua capacidade de articulação e incidência em temas estratégicos para o país.

A Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura é um movimento multisetorial que reúne organizações e lideranças do agronegócio e do meio ambiente e que tem como foco "tratar das questões decorrentes das mudanças climáticas sob a ótica de uma nova ec
onomia, baseada na baixa emissão de gases do efeito estufa". Esse grupo, criado em 2015, se tornou um fórum de debates e posicionamentos de relevância no cenário nacional, tendo uma significativa capacidade de articulação e mobilização, especialmente nas decisões de políticas públicas.

Dentro de sua estrutura de governança, além de membro do movimento, o IDS faz parte do Grupo Estratégico (GE) da Coalizão, instância que trata das diretrizes, temas centrais e da própria coesão de todo o movimento. É também o GE que aprova as manifestações públicas da Coalizão.

Ao longo de 2018 a Coalizão se posicionou sobre um conjunto de assuntos que estiveram na pauta das políticas brasileiras, entre eles, o Acordo de Paris e a implementação da Contribuição Nacionalmente Determinada do Brasil, o RenovaBio que trata do papel dos biocombustíveis no combate às mudanças climáticas e as matérias no Congresso Nacional que versam sobre o licenciamento ambiental.

O MapBiomas é uma das mais importantes referências de mapeamento da cobertura e uso do solo no Brasil, com mapas anuais que já registram 33 anos de transformação do território brasileiro, de 1985 a 2017. Resultado de um esforço multi institucional, envolvendo universidades, ONGs e empresas de tecnologia, o MapBiomas tem como objetivo contribuir para o entendimento das dinâmicas de uso do solo no Brasil e em outros países tropicais.

O IDS participa das atividades dessa iniciativa desde sua idealização e lançamento em 2015, participando ao longo do ano de 2018 mais especificamente das atividades da equipe de comunicação do projeto.

O OGA é um movimento multisetorial que reúne uma rede 85 organizações e pesquisadores, com o objetivo de gerar, sistematizar e difundir informações das práticas de governança das águas no Brasil. O IDS integra o OGA desde sua fundação em 2015 e integra atualmente seu Comitê Gestor, juntamente com outras nove organizações, responsável por contribuir na condução da governança do movimento e para a implementação de suas diretrizes estratégicas.

Em 2018 a Assembleia Geral do OGA aconteceu em Brasília, durante o Fórum Mundial da Água. O IDS participou do encontro e participou das deliberações do grupo. Entre elas, destaca-se o trabalho do Comitê Gestor e da Secretaria Executiva do OGA no planejamento, estruturação e consolidação financeira do OGA e a construção do Protocolo de Monitoramento dos Indicadores de Governança das Águas, que tem como objetivo estabelecer padrões e indicadores que permitam ter dados assertivos e confiáveis a respeito da qualidade da governança das águas dentro do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. O plano é aplicar o protocolo em alguns comitês de bacias hidrográficas ao longo de 2019.

A Aliança pela Água, articulação da sociedade civil criada no âmago da crise hídrica paulista, convocou algumas reuniões ao longo de 2018 para tratar da iniciativa criada durante as eleições municipais de 2016, que incentivou o avanço de políticas municipais de segurança hídrica, tendo como base um documento basilar criado pela própria Aliança.

O IDS, membro do Conselho Gestor da articulação, participou destas conversas no ano de 2018, as quais trataram mais especificamente da tramitação do Projeto de Lei 575/2016 na Câmara Municipal de São Paulo, que propõe a criação da "Política Municipal de Segurança Hídrica e Gestão das Águas", tendo nove vereadores como coautores do mesmo (Nabil Bonduki – PT, José Police Neto – PSD, Ricardo Young – REDE, Jair Tatto – PT, Eduardo Suplicy – PT, Toninho Vespoli – PSOL, Soninha Francine – PPS, Sâmia Bonfim – PSOL, Gilberto Natalini – PV).

O PL foi apresentado em dezembro de 2016 e foi aprovado em quatro Comissões: a de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, a de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, a de Administração Pública e a de Finanças e Orçamento. No final de 2017 aconteceu uma audiência pública para debater o PL, na qual o IDS esteve presente. Durante o ano de 2018, a Aliança pela Água realizou algumas articulações com vereadores e com a Prefeitura de modo a promover a votação e sanção do PL na cidade de São Paulo.

Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para Agenda 2030

O GTSC-A2030, criado em 2014 e composto por um conjunto de mais de 40 organizações não-governamentais, tem como objetivo difundir, promover e monitorar a Agenda 2030 no Brasil. Assim como em 2017, no ano de 2018, o IDS e a Gestos – Soropositividade, Comunicação e Gênero foram as organizações responsáveis pela coordenação geral da elaboração do Relatório Luz – síntese II, sistematizando e organizando as contribuições recebidas de diferentes entidades a respeito de cada um dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Ainda, em setembro de 2018, o GTSC2030 teve a aprovação da subvenção da União Europeia para realização do projeto "Fortalecer o GT da Sociedade civil para a Agenda 2030 e contribuir para implementação da Agenda 2030 no Brasil", postulado pela rede via edital. O projeto contará com 3 anos de atividades em todas as regiões do Brasil, com o objetivo de ampliar a capacidade institucional das OSC membros do GTSC-A2030 para atuarem na Agenda 2030, garantir o controle social e debate público sobre a implementação da Agenda 2030 no Brasil, e incidir em políticas públicas voltadas para a efetivação dos ODS nos âmbitos social, econômico e ambiental.

No mês de outubro, as organizações membro do GT se reuniram em um workshop de 3 dias para definição do Planejamento Estratégico e Comunicacional do projeto.

8. Foto com os integrantes do workshop do GTSC2030

Projeto Governança ambiental da macrometrópole paulista face à variabilidade climática

O IDS também integra a equipe de pesquisa da iniciativa "Governança ambiental da macrometrópole paulista face à variabilidade climática", coordenada pelo Instituto de Energia e Ambiente, com apoio da Fapesp. O objetivo deste projeto, composto por mais de 40 pesquisadores, é compreender os principais desafios da Macrometrópole, território vasto composto por mais de 170 municípios, especialmente à luz dos impactos das mudanças climáticas, e propor caminhos para o desenvolvimento sustentável da região.

O IDS contribui com este projeto temático apoiado pela Fapesp compartilhando o acúmulo de outras iniciativas, entre elas a de política tarifária e o trabalho de identificação de áreas prioritárias para conservação e restauração das áreas de mananciais da Macrometrópole Paulista. O trabalho realizado

pelo IDS em parceria com o Laboratório de Geoprocessamento da Poli/USP pode ser utilizado pelo grupo de pesquisadores da iniciativa em curso, bem como aprimorada sua metodologia e aprofundado seus resultados.

Virada Política

A Virada Política também foi outro importante espaço em que o IDS teve a oportunidade de participar. Organizada no final de setembro de 2018, momentos antes das eleições, a Virada tem como propósito reunir cidadãos, ativistas e políticas em um ambiente de debates e reflexões, buscando aprofundar ideias e conectar ações.

O IDS apresentou na seção "Água e Saneamento" um retrato geral da situação das águas e do saneamento no Brasil e no mundo, os desafios que as mudanças climáticas e o aumento populacional geram na gestão hídrica e o espaço que essa agenda ocupa nos debates políticos e nos períodos eleitorais.

Ainda na Virada Política, o IDS participou da Roda de Conversa que abordou os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na qual teve a oportunidade de apresentar o trabalho em rede e multitemático realizado pelo GTSC-A2030 e apontar conceitos chaves para implementação dos ODS no Brasil, como a necessidade de localização e territorialização das metas e soluções, a perspectiva de transversalidade e integralidade dos ODS, a importância de mecanismos de monitoramento e controle, e o poder da colaboração e do trabalho em rede para capilarizar e replicar soluções inovadoras e sustentáveis.

8º Fórum Mundial da Água

Durante o 8º Fórum Mundial da Água, organizado em Brasília, em março, o IDS foi convidado a participar de dois debates públicos. O primeiro, chamado de "Água na Mídia", foi organizado pela TV Globo e teve como objetivo debater os desafios para tornar as questões relacionadas à água como uma pauta diária da sociedade e dos veículos de comunicação.

O IDS também participou da Roda de Conversa "Água, de quem é a gestão?", onde os integrantes da mesa, com representantes do Ministério Público Federal, da Agência Nacional de Águas, do estado do Rio de Janeiro e do Parlamento Nacional da Juventude pela Água, debateram as diferentes responsabilidades e atores envolvidos na gestão sustentável da água.

7º Encontro Nacional das Águas (ENA)

Em agosto, a Associação Brasileira das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto (Abcon) e o Sindicato Nacional das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto (Sindcon) organizaram o 7º Encontro Nacional das Águas (ENA). O IDS foi convidado para participar da mesa "Modelos Tarifários: inovações para a sustentabilidade", onde a questão tarifária foi debatida, especialmente os desafios para dar maior transparência ao funcionamento da tarifa e incentivar a gestão da demanda e da oferta de maneira mais sustentável.

9. Foto de divulgação publicada pelos organizadores do 7º ENA

Comunicação

A estratégia de comunicação do IDS ao longo de 2018 contemplou diferentes iniciativas, de artigos de opinião publicados em veículos de comunicação à participação em programas de TV, além da produção de conteúdo para mídias digitais, com o objetivo de promover a conscientização e o engajamento da população com pautas extremamente relevantes relacionadas à vida cotidiana e o futuro do país.

Artigos de opinião

Em 2018, o IDS publicou quatro artigos de opinião em três jornais com grande circulação e importância no Brasil. Todos os artigos trataram dos desafios da gestão hídrica sustentável, a partir de diferentes abordagens.

Dois dos artigos tiveram como foco o processo de revisão tarifária da Sabesp conduzido pela Arsesp, analisando criticamente a baixa transparência a respeito da questão tarifária e o potencial que a tarifa tem na construção de uma "cidadania hídrica".

O terceiro artigo abordou a maneira como o governo federal tratava as políticas públicas de saneamento básico, especialmente os recursos destinados para os necessários avanços nessa agenda. O artigo compara a maneira como o governo federal defendeu os subsídios destinados à exploração de petróleo e os entraves que o setor de saneamento básico enfrenta em termos de investimentos.

E, por fim, em outubro, a poucos dias do primeiro turno das eleições, publicamos uma reflexão a respeito do pouco espaço que a agenda da água ocupava nos debates e a necessidade dos políticos e da sociedade considerarem os desafios hídricos como um dos principais desafios no século XXI.

"A segurança hídrica e o gatilho" (Março/Estado de S.P):
https://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,a-seguranca-hidrica-e-o-gatilho,70002230810

"Outra oportunidade perdida no saneamento básico em SP" (Março/Valor Econômico):
https://www.valor.com.br/opiniao/5336717/outra-oportunidade-perdida-no-saneamento-basico-em-sp

"Água, petróleo e o futuro, segundo Temer" (Março/Folha de S.P):
https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2018/03/joao-paulo-capobianco-agua-petroleo-e-o-futuro-segundo-temer.shtml?loggedpaywall

"Benefícios privados, prejuízos compartilhados: água e eleições" (Outubro/ blog do IDS no Estadão, "Mais democracia, mais sustentabilidade"):
https://sustentabilidade.estadao.com.br/blogs/mais-democracia-mais-sustentabilidade/beneficios-

Entrevistas

O IDS concedeu duas entrevistas à GloboNews em 2018. Na primeira delas, João Paulo Capobianco, participou do jornal matutino falando a respeito da poluição do Rio Tietê, os entraves para sua despoluição e os avanços do Projeto Tietê da Sabesp.

No final do ano, Guilherme Checco participou do jornal matutino da GloboNews analisando os repasses do Ministério das Cidades aos municípios para que estes realizem investimentos em saneamento básico, a partir de informações obtidas pelo jornal a partir da Lei de Acesso à Informação.

Guilherme Checco concedeu entrevista ao jornal diário da RedeTV, na qual o IDS tratou da revisão tarifária da Sabesp, em curso naquela época, especialmente do chamado "gatilho" de revisão tarifária.

https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/

Campanha #SomosMaisSaneamento

Em 2018, o IDS passou a integrar a campanha #SomosMaisSaneamento que tem como objetivo promover a conscientização a respeito da importância do saneamento e a promoção dos necessários avanços nesse setor no Brasil. A campanha está baseada em oito mensagens centrais, entre elas garantir o direito humano de acesso aos serviços de água e de esgotamento sanitário e engajar a sociedade e qualificar o debate sobre os desafios e soluções do setor.

http://somosmaissaneamento.com.br/

Programa de TV

João Paulo Capobianco participou do programa "Panorama" da TV Cultura, debatendo a crescente escassez de água no mundo e no Brasil, os impactos das mudanças climáticas e as estratégias de promoção de segurança hídrica no país.

A gravação da íntegra do programa está disponível em: *http://tvcultura.com.br/videos/64444_panorama-recursos-de-agua-19-03-2018.html*

42.260
seguidores

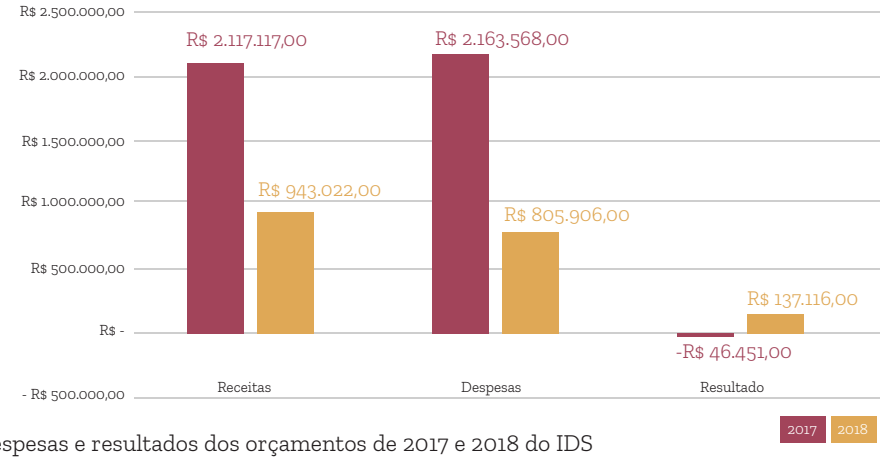
2.675
seguidores

423
seguidores

15.100
visualizações

Resultados Financeiros

Os resultados financeiros de 2018 refletem os esforços de captação e otimização de recursos realizados para boa gestão e execução das atividades descritas nesse relatório. O IDS trabalhou para tornar sua operação sustentável e eficaz, com uma estrutura dinâmica e adaptável e com o apoio de organizações parcerias na operacionalização dos projetos.



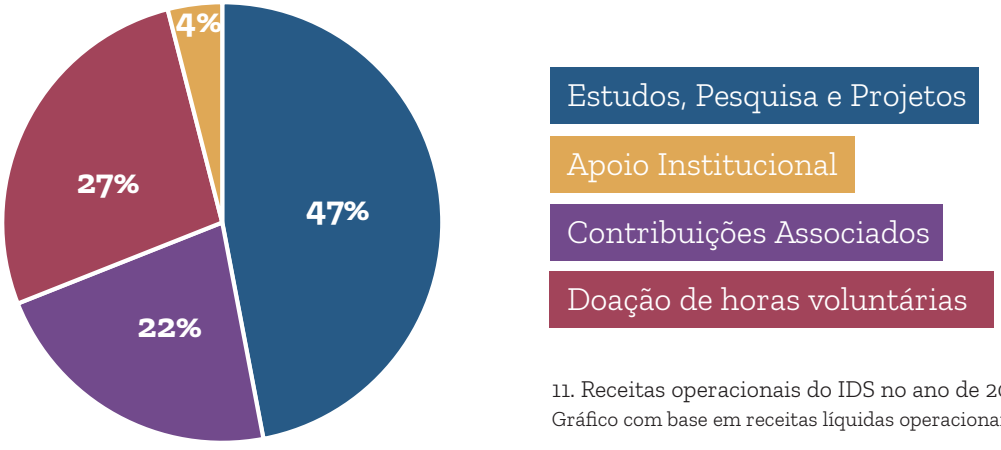
10. Receitas, despesas e resultados dos orçamentos de 2017 e 2018 do IDS

Os dados refletem os resultados financeiros de atividade (não incluem receitas e despesas financeiras e de variação monetária, nem receitas e despesas não operacionais – esses números estão disponíveis nas Demonstrações Financeiras do IDS de 2018).

Em 2018, tivemos uma melhor execução orçamentária do que no ano anterior, com um resultado financeiro positivo, ainda que com volumes de receitas e despesas menores.

A principal variação de receitas e despesas entre 2017 e 2018 se deve à mudança na metodologia de cálculo do valor atribuído às horas voluntárias dedicadas pelos Conselheiros do IDS. Não fosse essa diferença na valorização do tempo dedicado por pessoas de notório saber, o orçamento de 2018 teria ainda superado positivamente em aproximadamente 35 mil reais o de 2017.

Composição de Receitas 2018



11. Receitas operacionais do IDS no ano de 2018
Gráfico com base em receitas líquidas operacionais.

A maior parte da arrecadação de recursos do IDS é proveniente dos projetos e estudos que realiza, seja por meio de parcerias e apoios, seja pela prestação de serviços.

A doação de associados ainda representa uma parcela importante do orçamento do IDS, ainda com uma redução gradual e planejada para que a organização passasse a captar recursos por meio de outras fontes diversificadas e sustentáveis. Além disso, a dedicação dos conselheiros para as atividades do IDS, valorizada de acordo com o tempo e competências dedicadas, também representa uma fonte de recursos fundamental e demonstra sua real importância para atuação da organização.

Ainda, os números evidenciam um dos grandes desafios para 2019: o de fortalecer a capacidade de captação de recursos institucionais visando a sustentabilidade do IDS no longo prazo.

Composição de Despesas 2018

12. Despesas por atividade do IDS no ano de 2018
Gráfico com base em despesas operacionais.

A alocação dos recursos do IDS está diretamente vinculada ao perfil da organização e suas frentes de atuação. Pelo menos 2/3 da equipe estão dedicados à execução dos programas e projetos. Somadas, elas representam o maior volume do total de despesas da operação.

O gráfico também demonstra a representatividade das ações de articulação e advocacy do Instituto, pois as despesas com governança e representação refletem, principalmente, o tempo dedicado por seus conselheiros, referências no campo socioambiental, na construção das estratégias do IDS e, consequentemente, na sua capacidade de articulação e incidência.

Por último, se por um lado os gastos administrativos representam um percentual razoável das despesas, por outro, as despesas com comunicação evidenciam a necessidade de despender mais esforços e elaborar estratégias comunicacionais consistentes para fortalecer a presença do IDS nas redes, com produção de conteúdo permanente, e impactar mais pessoas, com informações relevantes sobre nossas pautas e projetos.

Relatório Anual de Atividades **2018**

Relatório Anual de Atividades **2018**

Instituto Democracia e Sustentabilidade

Instituto Democracia e Sustentabilidade
Travessa Dona Paula, no 1. Conjunto 4
Higienópolis. São Paulo - Brasil
+55 11 3071-0434
www.idsbrasil.org